



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638511 - SP (2021/0000978-6)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
IMPETRANTE : **SIDINEY FERNANDO PEREIRA**
ADVOGADO : **SIDINEY FERNANDO PEREIRA - SP239284**
IMPETRADO : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
PACIENTE : **WESLEY RICARDO DE ALMEIDA DA SILVA (PRESO)**
CORRÉU : **LEONELA VICARI**
CORRÉU : **CLEBER AURELIO DE ALMEIDA**
CORRÉU : **NAYARA CAROLINE DOS SANTOS**
INTERES. : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* impetrado em favor de WESLEY RICARDO DE ALMEIDA DA SILVA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2254140-68.2020.8.26.0000).

O paciente encontra-se cautelarmente segregado, em decorrência de prisão em flagrante, convertida em preventiva, pelo suposto cometimento dos crimes previstos nos art. 33 e 35 da Lei n. 11.343/06

Alega o impetrante a inexistência de prova incontestada da participação nos delitos, uma vez que o paciente não estava junto aos corréus no momento da abordagem policial. Ademais afirma que os corréus não teriam presenciado o momento em que foram apreendidas porções de maconha na posse do paciente, e nem o teriam ouvido confessar que guardava valores oriundos da prática criminosa para o corréu Cleber. Sustenta que, ainda que houvesse sido apreendido o entorpecente em questão, a pequena quantidade configuraria o crime de posse para consumo próprio.

Assevera que a mera posse de numerário não configuraria crime, porque a origem ilícita não foi demonstrada.

Argumenta a necessidade de o paciente ser colocado em liberdade, para evitar ser contagiado pela covid-19, especialmente por ser primário, ter bons antecedentes e possuir residência fixa.

Finalmente, afirma que a mãe do paciente é deficiente e não pode prescindir dos seus cuidados. Defende que inexistem os requisitos do artigo 312 do CPP, haja vista que incorre em risco à ordem pública, à instrução processual ou à aplicação da

lei penal.

Requer liminarmente a concessão da ordem, para que o paciente possa responder ao processo em liberdade e, subsidiariamente, a aplicação de medidas cautelares diversas da restrição de liberdade.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O deferimento de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, cabível apenas em hipóteses de patente ilegalidade, demonstrada de plano.

No que diz respeito à aplicação da Recomendação CNJ n. 62/2020, ressalte-se que o STJ firmou o entendimento de que a flexibilização da medida extrema não ocorre de forma automática (AgRg no HC n. 574.236/SP, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, DJe de 11/5/2020; e HC n. 575.241/SP, relatora Ministra Laurita Vaz, DJe de 3/6/2020).

Para tanto, é necessária a demonstração de que o paciente preenche os seguintes requisitos: a) inequívoco enquadramento no grupo de vulneráveis à covid-19; b) impossibilidade de receber tratamento no estabelecimento prisional em que se encontra; e c) exposição a mais risco de contaminação no estabelecimento prisional do que no ambiente social (AgRg no HC n. 561.993/PE, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 4/5/2020).

No caso, a parte impetrante não demonstrou a ilegalidade flagrante da decisão atacada, na qual ficou consignado o seguinte (fl. 85-86):

No mais, nos exatos termos da Recomendação 62/2020 do Conselho Nacional de Justiça, a trazer orientações aos Tribunais e aos magistrados quanto à adoção de medidas preventivas contra a propagação do novo coronavírus (Covid-19) no âmbito dos sistemas de justiça penal e socioeducativo, já se sugeriu a reavaliação de prisões provisórias e de prisões preventivas com prazo superior a 90 dias ou que resultem de crimes menos graves, bem como que sejam avaliados, pelos juízes da execução, a concessão de saída antecipada nos casos previstos em lei e na jurisprudência, o cronograma de saídas temporárias em aderência a planos de contingência elaborados pelo Executivo e, ainda, a possibilidade de opção pela prisão domiciliar aos presos em regime aberto ou semiaberto.

Nessa linha, proferida decisão pela autoridade competente e afigurando-se de resto controverso o direito alegado, sendo notória a tomada de providências administrativas pela SAP em caráter temporário e emergencial como se vê, por exemplo, do teor da Resolução SAP 40, de 18 de março de 2020, anotada ainda a expressa previsão legal de possibilidade de o Diretor do estabelecimento penal determinar a permissão de saída sem intervenção judicial, se for necessário o tratamento médico extramuros (art. 120, II, c.c. o art. 14, par. único, da Lei 7.210/84), também não se pode olvidar que, nos termos de ofício da Secretaria de Administração Penitenciária SAP ao Exmo. Corregedor Geral da Justiça, em 8.4.2020, foram implantadas “medidas preventivas

de higiene, tais como o aumento da frequência de limpeza de todos os espaços de circulação e permanência das pessoas privadas de liberdade; (...) ampliação do fornecimento de material de limpeza e material de higiene para atender a atual demanda”, além da “disponibilização aos profissionais de saúde termômetros e outros materiais de insumo, tais como: luvas, máscaras e álcool em gel, visando à proteção dos envolvidos”.

Não há, inclusive, relatos de que o paciente faça parte de algum grupo de risco, que esteja com a saúde fragilizada ou que não tenha assistência médica no estabelecimento penal onde se encontra

Não se verifica, portanto, em juízo sumário, o desrespeito à Recomendação CNJ n. 62/2020. Vale ressaltar que não foi demonstrada nenhuma condição física ou de saúde que permitiria concluir que o paciente faz parte do grupo de risco de contágio à covid-19. Nem parece que seja este o objeto do presente *writ*, como afirma o impetrante (fl. 13):

É sabido por esta defesa que a pandemia mundial do COVID-19 não pode ser utilizada como elemento abstrato apto a conceder a soltura de todo e qualquer acusado que encontra-se enclausurado, **no entanto, não é o que visa esta defesa pois, nítido é que inexistem argumentos jurídicos aptos a manutenção do decreto de prisão preventiva outrora prolatado (...).**

De fato, o mote principal deste *writ* é demonstrar que o ora paciente não tem relação com os fatos em apuração. Ocorre que a verificação da negativa de autoria demanda reexame de fatos e provas, procedimento incompatível com a estreita via do *habeas corpus*. Deve a questão ser dirimida no trâmite da instrução criminal. Confira-se precedente sobre a matéria:

AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. TRÁFICO DE DROGA, ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO E POSSE IRREGULAR DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO.

EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA. TEMA NÃO ALISADO PELA CORTE DE ORIGEM. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. PRISÃO PREVENTIVA. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. GRAVIDADE DA CONDUTA. ALEGAÇÃO DE NEGATIVA DE AUTORIA. REVOLVIMENTO DE PROVAS. VIA INADEQUADA. RECURSO NÃO PROVIDO.

[...]

4. A tese de negativa de autoria exige o revolvimento do conteúdo fático-probatório, o que é inviável na via do *habeas corpus*.

5. Agravo regimental não provido. (AgRg no HC n. 580.801/BA, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 21/9/2020.)

Finalmente, quanto à alegação de que o paciente tem a seu encargo a mãe deficiente que depende exclusivamente de seus cuidados, não trouxe aos autos elementos que evidenciem sua assertiva.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente